



Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no Brasil **2014**

Represa de Atibainha - Nazaré Paulista - SP
Tomás May/Banco de Imagens ANA

A Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos é um dos instrumentos de gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433/97, e tem como objetivos:

- i) dar ao usuário uma indicação do real valor da água;
- ii) incentivar o uso racional da água; e
- iii) obter recursos financeiros para recuperação das bacias hidrográficas do País.

A Cobrança não é um imposto, mas uma remuneração pelo uso de um bem público, cujo preço é fixado a partir da participação dos usuários da água, da sociedade civil e do poder público no âmbito dos Comitês de Bacia Hidrográfica - CBHs, a quem a legislação brasileira estabelece a competência de pactuar e propor ao respectivo Conselho de Recursos Hídricos os mecanismos e valores de Cobrança a serem adotados na sua área de atuação. Além disso, a legislação estabelece uma destinação específica para os recursos arrecadados: a recuperação das bacias hidrográficas em que são gerados.



Comitê de Bacia Hidrográfica - CBH. Gestão descentralizada e participativa das águas. Fonte: Unesco

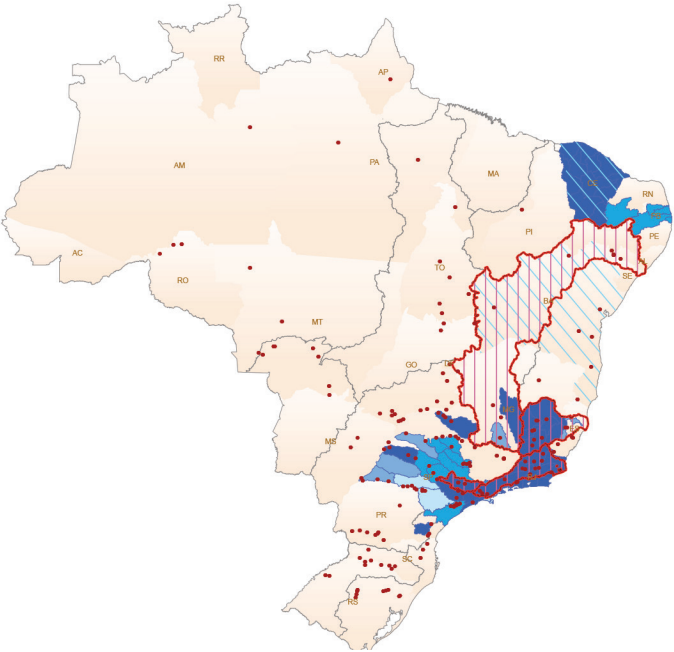
A Cobrança em águas de domínio da União somente se inicia após a aprovação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH dos mecanismos e valores propostos pelo CBH. Compete à Agência Nacional de Águas - ANA, criada pela Lei nº 9.984/00, arrecadar e repassar os valores arrecadados à Agência de Água da bacia ou entidade delegatária de funções de Agência de Água, conforme determina a Lei nº 10.881/04.

A Agência de Água da bacia, ou entidade delegatária de suas funções, é instituída mediante solicitação do CBH e autorização do CNRH, cabendo a ela desembolsar os recursos arrecadados com a Cobrança nas ações

previstas no Plano de Recursos Hídricos da bacia e conforme as diretrizes estabelecidas no plano de aplicação, ambos aprovados pelo CBH.

Assim como na legislação federal, a Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos também está prevista nas Políticas Estaduais de Recursos Hídricos.

Panorama da Cobrança no Brasil



COBRANÇA IMPLEMENTADA

- Usinas Hidrelétricas
(Cobrança iniciada com a Lei nº 9.984/00)
- ▨ Bacia interestadual com cobrança implementada
- Bacia estadual com cobrança implementada

Cobrança em Implementação

- Governador aprovou a cobrança
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou a cobrança
- Comitê estadual propôs a cobrança ao CERH

Em SP e na PB, além da aprovação pelo CERH, há necessidade de um decreto do Governador

Tarifa pelo serviço de fornecimento de água bruta

- ▨ Instituída na BA e CE

Divisões Territoriais

- Divisão Hidrográfica Nacional
- Estados

Valores Cobrados e Arrecadados com a Cobrança pelo Uso

Bacia Hidrográfica		Domínio	Início	
INTERESTADUAL	Paraíba do Sul (CEIVAP)	União	Mar-03	
	Paraíba do Sul (Transposição PBS/Guandu)	União	Jan-07	
	Piracicaba, Capivari, Jundiá (Comitês PCJ)	União	Jan-06	
	São Francisco (CBHSF)	União	Jul-10	
	Doce (CBH-Doce)	União	Nov-11	
TOTAL INTERESTADUAL				
CEARÁ	Nas 11 bacias hidrográficas do Estado	CE	Nov-96	
	Coreaú	CE	Nov-96	
	Acaraú	CE	Nov-96	
	Litoral	CE	Nov-96	
	Curu	CE	Nov-96	
	Metropolitana	CE	Nov-96	
	Baixo Jaguaribe	CE	Nov-96	
	Parnaíba (Sertão Crateús e Serra Ibiapaba)	CE	Nov-96	
	Banabuiú	CE	Nov-96	
	Médio Jaguaribe	CE	Nov-96	
	Alto Jaguaribe	CE	Nov-96	
	Salgado	CE	Nov-96	
Total CE				
RIO DE JANEIRO	Médio Paraíba do Sul	RJ	Jan-04	
	Piabanha	RJ	Jan-04	
	Dois Rios	RJ	Jan-04	
	Baixo Paraíba do Sul	RJ	Jan-04	
	Baía de Guanabara	RJ	Mar-04	
	Baía da Ilha Grande	RJ	Mar-04	
	Guandu	RJ	Mar-04	
	Itabapoana	RJ	Mar-04	
	Lagos São João	RJ	Mar-04	
	Macaé e Rio das Ostras	RJ	Mar-04	
Total RJ				
SÃO PAULO	Paraíba do Sul	SP	Jan-07	
	PCJ (paulista)	SP	Jan-07	
	Sorocaba e Médio Tietê	SP	Ago-10	
	Baixada Santista	SP	Jan-12	
	Baixo Tietê	SP	Jan-13	
	Alto Tietê	SP	Jan-14	
Total SP				
MINAS GERAIS	PJ	MG	Mar-10	
	das Velhas	MG	Mar-10	
	Araguari	MG	Mar-10	
	Piranga	MG	Jan-12	
	Piracicaba	MG	Jan-12	
	Santo Antônio	MG	Jan-12	
	Suaçuí	MG	Jan-12	
	Caratinga	MG	Jan-12	
	Manhuaçu	MG	Jan-12	
Total MG				
PARANÁ	Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira	PR	Set-13	
Total PR				
TOTAL NO PAÍS (cobranças em bacias hidrográficas)				

Valores Arrecadados com a Cobrança pelo Uso de

SETOR HIDRELÉTRICO	Tipo de Usina	Início	
	UHEs	2001	

de Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas no País, em R\$

	2014		TOTAL		Fonte
	Cobrado	Arrecadado	Cobrado	Arrecadado	
	11.647.219	11.524.353	122.578.766	119.726.503	ANA
	-	1.243.162	-	14.164.943	INEA/RJ
	18.011.553	17.130.429	146.521.483	144.113.297	ANA
	22.492.214	23.056.049	99.614.581	94.529.888	ANA
	9.817.054	9.729.725	28.564.620	19.673.480	ANA
	61.968.040	62.683.718	397.279.449	392.208.111	
			148.186.110	136.981.415	COGERH/CE
	146.017	173.997	2.628.412	1.081.668	COGERH/CE
	1.945.604	2.001.393	9.459.478	9.133.545	COGERH/CE
	835.337	685.010	3.326.627	3.296.946	COGERH/CE
	474.014	481.781	2.487.855	2.020.565	COGERH/CE
	67.131.541	66.154.043	304.796.455	299.796.547	COGERH/CE
	375.223	349.494	1.834.103	2.271.427	COGERH/CE
	668.989	666.021	4.030.269	4.008.165	COGERH/CE
	679.528	833.357	3.560.373	4.065.577	COGERH/CE
	2.318.301	2.512.339	8.588.147	8.465.693	COGERH/CE
	786.917	756.591	3.518.163	2.894.609	COGERH/CE
	2.303.069	2.204.184	11.472.226	9.714.711	COGERH/CE
	77.664.540	76.818.211	503.888.218	483.730.869	
	981.862	833.580	7.842.271	6.954.239	INEA/RJ
	736.048	571.603	5.020.729	5.321.874	INEA/RJ
	672.996	371.797	4.652.988	5.261.120	INEA/RJ
	292.959	160.444	1.303.024	1.642.960	INEA/RJ
	3.788.497	2.255.651	25.423.640	20.793.148	INEA/RJ
	271.338	203.685	1.612.385	1.953.058	INEA/RJ
	22.037.383	9.278.631	160.471.983	101.708.374	INEA/RJ
	64.528	19.176	414.328	260.988	INEA/RJ
	667.400	736.826	8.999.708	9.589.674	INEA/RJ
	1.083.849	698.349	7.452.910	8.368.858	INEA/RJ
	30.596.859	15.129.743	223.193.965	161.854.293	
	3.345.843	3.251.703	24.141.527	23.898.693	DAEE
	15.531.234	14.041.788	125.979.413	118.478.078	Agência PCJ
	7.274.943	5.171.882	33.751.227	29.483.234	FABH-SMT
	10.187.697	10.178.299	29.157.658	29.045.068	DAEE
	5.316.196	3.158.967	8.915.330	5.685.521	CBHBT
	16.967.592	15.765.027	16.967.592	15.765.027	FABHAT
	58.623.505	51.567.666	238.912.747	222.355.620	
	101.608	82.200	407.249	403.901	IGAM/MG
	10.767.134	9.376.429	45.570.348	41.058.031	IGAM/MG
	5.654.790	5.127.230	25.984.019	25.219.716	IGAM/MG
	3.232.491	3.011.580	7.521.615	7.465.012	IGAM/MG
	8.689.139	7.915.043	20.191.870	19.621.562	IGAM/MG
	2.350.481	2.287.857	4.343.568	4.281.498	IGAM/MG
	778.870	670.994	1.607.110	1.550.761	IGAM/MG
	808.794	694.343	1.728.603	1.740.145	IGAM/MG
	802.841	890.071	1.769.393	1.891.253	IGAM/MG
	33.186.148	30.055.748	109.123.776	103.231.879	
	2.412.325	2.292.072	3.357.528	3.237.444	AguasParaná
	2.412.325	2.292.072	3.357.528	3.237.444	
	264.451.416	237.303.996	1.475.755.683	1.352.453.273	

Recursos Hídricos do Setor Hidrelétrico no País, em R\$

	2014		TOTAL		Fonte
	Cobrado	Arrecadado	Cobrado	Arrecadado	
	...	185.527.628	...	1.827.494.806	ANEEL

Paraíba do Sul



Exemplos de Aplicação

- 
- Entrega dos Manuais de Referência PMGIRS
Foto: Gabriela Andrade - AGEVAP

- ▶ Contrapartida da ETE União Indústria em Juiz de Fora/MG, no Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES/ANA, no valor de R\$ 1,66 milhão.



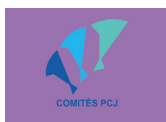
Construção da ETE União Indústria, Juiz de Fora/MG
Foto: Acervo CESAMA

- ▶ Construção da Usina de Triagem e Compostagem - UTC do município de Rio Preto/MG, com término previsto para 2015.
- ▶ Lançamento do Edital de Seleção de projetos de PSA, de acordo com o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais com foco em recursos hídricos - PSA HÍDRICO, para restauração florestal de áreas degradadas e conservação florestal de áreas de florestas na bacia, inclusive com o pagamento aos provedores dos serviços ambientais.

AGEVAP

Central de Atendimento: 0800 024 8389
www.agevap.org.br

Bacias PCJ



Preços cobrados em 2014

Período	Captação	Consumo	Transposição	DBO
até jul	R\$ 0,01/m ³	R\$ 0,02/m ³	R\$ 0,015/m ³	R\$ 0,10/Kg
pós ago	R\$ 0,0108/m ³	R\$ 0,0217/m ³	R\$ 0,0163/m ³	R\$ 0,1084/Kg

Exemplos de Aplicação

- Monitoramento hidrológico das Bacias PCJ no valor de R\$ 7,2 milhões: operação e manutenção da rede telemétrica; operação da Sala de Situação PCJ com automação de alertas; uso de radar meteorológico para geração de vazões e direcionamento de investimentos em macrodrenagem; e estudo do tempo de trânsito da água.



Rede Telemétrica
Foto: Agência das Bacias PCJ

- Produção de vídeos educacionais no valor de R\$ 95 mil para mobilização da sociedade na gestão dos recursos hídricos da bacia e para divulgação de iniciativas desenvolvidas para a sua melhoria.
- Elaboração de Plano Diretor de combate às perdas em sistemas de abastecimento público de 14 municípios das Bacias PCJ no valor de R\$ 1,9 milhão, com diagnóstico das perdas físicas, alternativas de solução, recomendações de ações não estruturais e projetos básicos e institucionais.



Plano de combate às perdas
Foto: Agência das Bacias PCJ

Agência PCJ

Central de Atendimento: (19) 3437 2108
www.agenciapcj.org.br

São Francisco



Preços cobrados em 2014

Captação	Consumo	Transposição	DBO
R\$ 0,01/m ³	R\$ 0,02/m ³	R\$ 0,015/m ³	R\$ 0,07/Kg

Exemplos de Aplicação

- Foram contratados 19 Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB, contemplando municípios das quatro regiões fisiográficas da bacia. O valor executado no ano foi de R\$ 1,8 milhão. Os planos do Alto São Francisco já foram concluídos.
- Investimento de R\$ 6,6 milhões em projetos de recuperação hidro ambientais.



Projeto de recuperação hidro ambiental da bacia do rio Itapecerica, Divinópolis/MG. Foto: IRRIPLAN

- Contratação de serviços de fiscalização de 26 projetos hidro ambientais. Foram desembolsados R\$ 735 mil no ano de 2014.
- Cerca de R\$ 4,2 milhões foram aplicados em ações de fortalecimento institucional do CBHSF, como reuniões de suas instâncias, seminários, eventos e comunicação.

Evento no Dia de Mobilização em Defesa do Rio São Francisco. Foto: CBHSF

AGB Peixe Vivo

Doce



Exemplos de Aplicação

- Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico-PMSB, beneficiando 156 municípios da bacia com um investimento de cerca de R\$ 21,5 milhões.



Audiência Pública do PMSB, em Barão de Cocais/MG. Foto: Isabela Lobo.

- O Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura objetiva o combate ao desperdício de água no campo. Teve início em 2013 nas bacias dos rios Caratinga e Guandu e, em 2014, foram contempladas as bacias dos rios Manhuaçu e Santa Maria do Doce. Em 2015 serão contempladas as bacias dos rios Suaçuí e São José. Em cada bacia são atendidos 40 produtores. Serão investidos R\$ 574 mil na compra de irrigômetros e R\$ 1,7 milhão na identificação de áreas irrigadas em trechos críticos e de áreas com potencial de poluição visando o incentivo à adoção de práticas de conservação e uso racional de água.



Irrigômetro: equipamento que indica quando e quanto irrigar; bacia do rio Guandu/ES. Foto: Isabela Lobo.

- Foram desenvolvidas ações institucionais de fortalecimento dos Comitês, ampliando a visibilidade e alcance dos 10 Comitês que compõem a bacia.
- Em 2015 serão licitadas atividades de levantamento de áreas críticas e prioritárias para recomposição ou adensamento de matas ciliares e de topos de morro, além de caracterização e recuperação de nascentes e áreas degradadas na região do baixo Rio Doce, Estado do Espírito Santo.

IBio AGB Doce

Central de Atendimento: 0800 033 1783
www.ibioagbdoce.org.br



Para saber mais sobre a cobrança
acesse **www.ana.gov.br/cobranca**
cobranca@ana.gov.br